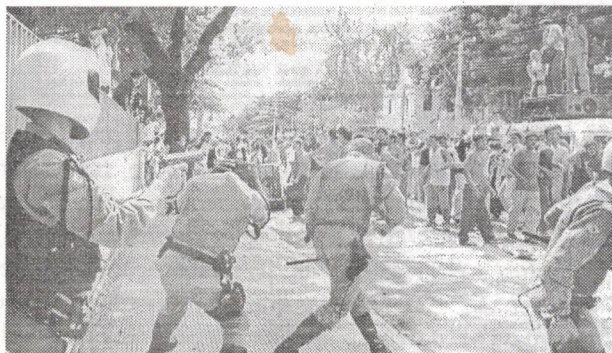


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 283 - DE 16 A 28 DE JUNHO DE 2004 - R\$ 1,50

O que há por trás da disputa entre grileiros e indígenas em Rondônia



Fortaleza: Estudantes se mobilizam em defesa da meia passagem e são reprimidos

**Conferências Regionais do POR:
Teses sobre a Situação Nacional**

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

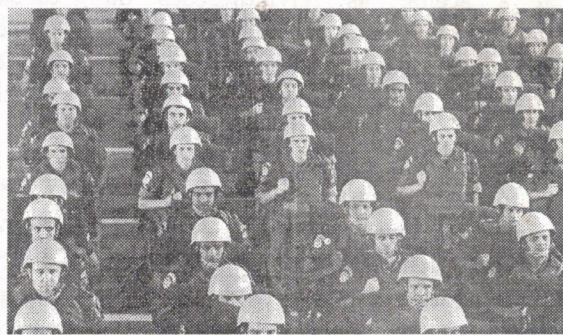
ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

**(divisão de todo o trabalho disponível
entre os que possam trabalhar)**

Unir empregados e desempregados numa só luta!

Manifesto do POR:

**Fora as tropas brasileira
e multinacional do Haiti**



Bolívia: O referendo é um engano!

Quinzena de Lutas

Em greve, agentes penitenciários devem se reunir com secretário

Os funcionários do sistema prisional de São Paulo estão em greve. O sindicato afirma que apenas serviços de alimentação e alvarás estão sendo mantidos nas unidades. Os agentes reivindicam reajuste salarial de 40,8%, plano de carreira, creche ou auxílio creche e equiparação dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária com os Agentes de Segurança Penitenciária, entre outros pontos. Das 118 Penitenciárias, a greve atinge 93 unidades.

Polícia suspende greve no Piauí

O juiz da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Teresina, Sebastião Ribeiro Martins, declarou inconstitucional e ilegal a greve da Polícia Militar do Piauí, depois de um dia de paralisação, determinando a imediata suspensão do movimento grevista e o retorno dos soldados, cabos e sargentos e subtenentes aos seus postos de serviço na capital e no interior. Em assembléia geral os PMs decidiram obedecer à decisão judicial e voltar ao trabalho. O governo do PT/Lula enviou tropas federais para intimidar os grevistas e fazer o policiamento de rua. A suspensão da greve e a ausência de resposta ao intervencionismo federal mostram a fraqueza da direção da greve.

Em protesto, policiais civis do CE iniciam "operação padrão"

A Polícia Civil do Ceará começou na sexta-feira 04/06 uma "operação padrão" para pressionar o governo estadual a aceitar as reivindicações da categoria, que pede reajuste entre 14% e 48%, dependendo da categoria e do tempo na função do servidor.

De acordo com o diretor financeiro do Sindicato dos Policiais Civis do Ceará, José Antônio Irênio Valentim Leitão, a operação deve durar 15 dias e foi decidida na assembléia anterior.

Segundo cálculos do sindicalista, no Ceará o efetivo da Polícia Civil conta

com cerca de 1.300 homens.

Na "operação padrão", a polícia atua de forma mais lenta. Os servidores seguirão com rigor a jornada de trabalho de 40 horas semanais, sem realização de horas extras.

O sindicato não descartou ainda que, após a operação padrão, a categoria paralise suas atividades se suas propostas não forem aceitas pelo governo do Estado.

A retomada das greves na polícia demonstra o quanto o Estado necessita inchar o aparato repressivo frente à decomposição social do capitalismo, mas não tem como sustentar o enorme parasitismo de Estado. O orçamento dos estados e municípios está condicionado ao pagamento da dívida externa e interna. A lei de responsabilidade fiscal sufoca os governos e prefeituras, que por sua vez dilapidam o orçamento. A greve da polícia deve se voltar contra a política pró-imperialista do governo e contra o sistema capitalista que oprime a maioria e necessita do enorme aparato militar contra as massas.

Fim da greve na Saúde

A assembléia que decretou o fim da greve, na quarta-feira dia 9, definiu que os servidores ficariam até o dia 16/06 estado de greve. É um período de transição para reorganizarem os procedimentos médicos, retomando o serviço gradativamente. A categoria reivindica 30% de aumento salarial, mas aceitou voltar ao trabalho e aguardar uma proposta do governo estadual, que será anunciada hoje, durante reunião de conciliação no TST (Tribunal Superior do Trabalho). O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região tinha julgado que a greve dos servidores estaduais da saúde não era abusiva, que os dias parados não deveriam ser descontados e que deveria ser concedido aumento salarial de 23,94%.

Médicos mantêm greve

Os médicos-assistentes do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto decidiram em assembléia manter a greve. Na assembléia dos servidores, o clima foi ten-

so, pois médicos e funcionários foram contra a suspensão.

Servidores de Pernambuco voltam ao trabalho após 42 dias de greve

Os servidores da Superintendência do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Pernambuco voltaram ao trabalho após 42 dias de paralisação.

Grevistas da USP mantêm paralisação

Os professores e funcionários da USP (Universidade de São Paulo) recusaram a proposta de não-reajuste feita no dia 07/06 pelo Cruesp (conselho de reitores) e reafirmaram a manutenção da greve. As categorias querem aumento de 16%, e o Cruesp apresentou proposta de política salarial para professores da USP, da Unesp e da Unicamp.

Funcionários da USP protestam por reajuste em SP

Funcionários e estudantes da USP (Universidade de São Paulo) realizaram protestos na manhã do dia 15/06 terça-feira, na avenida Valdemar Ferreira, região do Butantã, Zona Oeste de São Paulo. Eles fecharam o portão principal da Cidade Universitária e, no início da manifestação, tiveram desentendimentos com policiais militares.

Pelo menos 400 pessoas participaram do protesto, que terminou por volta das 14h. Cerca de 500 estudantes da USP decidiram, em assembléia realizada na noite de segunda-feira 14/06, entrar em greve.

A tendência grevista do funcionalismo se choca com a reforma da previdência do ano passado, que confiscou 5% dos salários, e contra as reformas neoliberais no seu conjunto. A intransigência do governo expressa a sua defesa da reforma da previdência e sucateamento e privatização dos serviços públicos. Somente a unidade grevista e a luta em unidade com os assalariados será capaz de quebrar com as reformas neoliberais e impor as reivindicações.

Denúncias

Trabalho informal na indústria - aumento da taxa de exploração

Tem crescido de forma violenta os contratos sem vínculos empregatícios. A construção civil bate o recorde com 72,8% dos assalariados sem carteira de trabalho. A indústria, que até recentemente comparava como o setor em que a força de trabalho era empregada mediante a carteira, agora os contratos sem vínculos vêm tomando conta. Os dados confirmam isso: em 1991, o índice de informalidade na indústria era de 15%; em 2002, foi para 31%; em 2003, chegou ao ponto de 35,3%.

Ao não ter a carteira assinada, os trabalhadores ficam desprotegidos de direitos elementares e permanecem fora da Previdência. O aumento do trabalho informal mostra o quanto tem crescido a exploração e o quanto tem sido escravizado o trabalhador. Os dados apresentados são do próprio governo. Isso mostra que a burguesia não cumpre sua própria legislação, a não ser que seja para proteger o capital. Os exploradores agem assim de acordo com seus objetivos de lucro.

O problema está em que a burocracia sindical colabora com os capitalistas e seu sistema de exploração, que expandem o trabalho informal e esmagam as condições vitais de existência dos assalariados.

A nossa luta é para que todos tenham a carteira assinada. Isso faz parte do conjunto de reivindicações de defesa do emprego a todos aplicando a escala móvel das horas de trabalho, manutenção do valor da força de trabalho por meio da escala móvel de reajuste dos salários, salário mínimo vital e conquistas de direitos sociais.

Queda na renda média

Os dados do relatório feito pelo Tribunal de Contas da União, do ano de 2003, indicam que a renda média do trabalhador brasileiro é de R\$ 910,00. No ano de 1994, foi de R\$1300,00, caindo para R\$1210,00 no ano de 2002. Comparativamente, sob o governo do PT/Lula, tem-se a menor renda média dos últimos anos. É claro que esse cálculo de renda média não reflete a realidade da maioria assalariada. Grande parte da força de trabalho não ganha mais do que três salários mínimos. Milhões recebem até um salário mínimo.

Mesmo considerando o número contábil de R\$910,00 este valor está abaixo das necessidades de sobrevivência de uma família de 4 pessoas, que segundo o cálculo do Dieese teria de ser R\$1406,00. Colocados no papel todos os itens necessários, o salário mínimo vital teria de ser não menos do que R\$2000,00.

Um governo do PT, que fez estardalhaços do Fome Zero, acaba de decretar o salário mínimo de R\$260,00. É hora dos assalariados enfrentarem com vigor os exploradores, empunhando as bandeiras de emprego a todos, reposição salarial e salário mínimo vital.

Mais desemprego urbano

A reformulação do transporte coletivo na cidade de São Paulo, promovida pela prefeitura PT/Marta, pressupõe a colocação generalizada das catracas eletrônicas e o fim da função dos cobradores, que ocupam 32 mil postos de trabalho.

Frente à dramática demissão em massa e a revolta dos co-

bradores, o vereador Alcides Amazonas (PCdoB) e Dalton Silvano (PSDB) acharam uma solução, que é daquelas que se chama criativa. Apresentam uma lei criando uma nova função que é a dos 'comissários de bordo' ou 'rodomoços'. Trata-se de uma manobra momentânea para se evitar um quebra-quebra dos trabalhadores do transporte. É evidente que as catracas vêm no sentido de reduzir custos para os capitalistas dos transportes e economia para a prefeitura que os subsidia.

A mudança de função de cobrador para 'comissário de bordo' serve de tapa-buraco. Com certeza não serão absorvidos os 32 mil desempregados e assim que o sistema estiver implantado, os patrões acharão um jeito de pôr fim a essa idéia criativa do PCdoB/PSDB.

O que precisa ser feito não é descarregar os custos do transporte sobre os assalariados. A solução está em estatizar todo o sistema de transporte coletivo sob o controle dos trabalhadores.

Concentração de terras, as tarefas democráticas e as socialistas no campo

Cada vez mais tem crescido a concentração de terras e ao mesmo tempo vem aumentando o número de camponeses sem-terra, que já somam 4,5 milhões de famílias. Mais ainda: 1% dos latifundiários são proprietários de 47% das melhores terras para a agricultura. Os latifúndios com mais de 1000 hectares empregam somente 4% dos trabalhadores agrícolas, enquanto que as propriedades de 100 hectares são as responsáveis por mais de 80% dos empregos no campo.

Esses números dizem que cresce o monopólio agro-industrial da terra. Parte dos pequenos e médios proprietários desapareceram e tendem a desaparecer com a agricultura exportadora e tecnificada. É com base nessa tendência que os porta-vozes da burguesia rechaçam a reivindicação da reforma agrária do MST e a acusa a divisão do latifúndio como retrocesso perante as formas evoluídas da agricultura explorada industrialmente. Evidentemente, não podem responder o que fazer com os milhões de camponeses expulsos da terra e que não são absorvidos como assalariados.

A resposta do programa do Partido Operário Revolucionário (POR) é de que a luta pela terra é uma tarefa democrática pendente do capitalismo, que não mais pode ser resolvida pela burguesia. Por isso mesmo não propõe retalhar a terra explorada pelos métodos avançados, trata-se de expropriar a agro-indústria e transformá-la em propriedade coletiva, isso porque estão dadas as condições para a produção socialista. Mas ocorre que a estrutura agrária do campo não está inteiramente tecnificada. Permanece a estrutura desigual e combinada da mais avançada agro-indústria às formas ainda pré-capitalistas da agricultura familiar. Os camponeses sabem onde estão os latifúndios não devidamente utilizados agro-industrialmente e que por isso almejam a reforma agrária. Mas também esses camponeses transformados em semi-proletários compreenderão que a produção industrializada do campo pode ser tocada por eles coletivamente. Todo problema está em alcançar a aliança operária e camponesa para que as transformações no campo ocorram sob a revolução social.

Conferências Regionais do POR Conjuntura Nacional

O Partido Operário Revolucionário realizará, nos mês de julho, Conferências Regionais. Como contribuição, o Comitê Central elaborou teses sobre a situação internacional e nacional. Servem de diretrizes, devendo ser submetidas à análise e crítica, de forma alguma substituem a tarefa das regionais redigirem pontos de vista sobre o temário. É importante que as Conferências façam um bom balanço político e organizativo. Em Janeiro, está previsto o Congresso do Partido. As Conferências ajudarão na sua preparação. O envolvimento coletivo indicará a importância que têm as Conferências regionais e o desenvolvimento de conjunto da militância. Publicamos abaixo as teses sobre a situação nacional

Resolução sobre a situação nacional

1. Confirmou-se a caracterização de que o governo do PT/Lula nasceu submetido ao grande capital internacional e à diretriz econômico-financeira do imperialismo. O palavreado reformista de distribuição de renda, solução do desemprego, reforma agrária e fim da fome foi substituído por medidas anti-nacionais e antipopulares. A esquerda petista evita caracterizar o conteúdo de classe do governo e vem escondendo o fato deste ter ocupado a mesma posição pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso. A burocracia da CUT, comandada por Luís Marinho/Feijóo, mantém a Central submissa aos planos neoliberais de destruição da Previdência estatal, da educação pública e de imposição da linha de flexibilização do trabalho. Sob a reforma sindical, fortalece-se a burocracia corrompida pelo Estado burguês. A manutenção do salário mínimo no patamar mais baixo de sua história demonstra o quanto o PT/Lula encarnou os interesses do grande capital. Sua posição frente ao movimento dos camponeses sem terra logo se definiu favorável à burguesia latifundiária e agro-industrial. A política exterior não poderia deixar de seguir a mesma linha pró-imperialista. Foi incapaz de ter uma posição independente diante da guerra dos Estados Unidos contra Iraque, seguindo as posições do imperialismo franco/alemão. E, nesse exato momento, coloca-se a serviço do intervencionismo imperialista no Haiti, enviando tropas brasileiras. Um governo dessa natureza tende a ser tão repressivo quanto os anteriores. É o que transparece na dureza do tratamento da greve dos servidores federais e no envio de força militar contra as greves da polícia. Em pouco tempo, mostrou-se corrompido pela máquina estatal. Foi incapaz de conter a corrupção e se serve dela. Estabeleceu um governo de aliança que inclui uma fração da velha oligarquia apodrecida e corruptora. A tentativa de dar uma feição popular a um governo do grande capital, com planos assistencialistas, rapidamente se desfez, mostrando toda a hipocrisia pequeno-burguesa.

2. Um governo antinacional é um governo de saque do país em favor do imperialismo. A política econômico-financeira voltada a sustentar os interesses do capital internacional e da fração mais parasitária da burguesia brasileira canaliza uma massa de riqueza para esses setores, provocando profundos desequilíbrios internos. O endividamento externo e interno, a ponto de não ser mais pagável e crescer constantemente, condiciona as forças produtivas do Brasil semicolonial à desintegração

ção do sistema mundial capitalista. Todo esforço de produção, que se baseia na exploração do trabalho e acumulação de capital, volta-se para o sustento do parasitismo do sistema financeiro. O pagamento de gigantescos juros aos banqueiros atinge profundamente as forças econômicas internas e mesmo assim a monumental dívida ganhou maiores proporções. O que quer dizer que a capacidade orçamentária do Estado é desviada para o parasitismo e a ele se subordina. Está aí por que o governo do PT/Lula não só manteve como aumentou a carga tributária, sustenta altas taxas de juros e contém os dispêndios de ordem social. As reformas destruidoras dos serviços públicos contribuem para alcançar metas estabelecidas de superávit orçamentário que se destinam aos juros e amortizações. Todos os Ministérios prendem seus objetivos e ações ao que determinam a Fazenda, o Planejamento e o Banco Central. Por cima desses Ministérios econômicos, mandam os organismos internacionais do imperialismo. O saque imposto torna o país relativamente mais frágil, atrasado e subordinado à economia imperialista. Sob a influência do capital financeiro, da submissão da burguesia agro-industrial e da pesada herança do atraso semicolonial, o país se vê bloqueado na sua capacidade de desenvolvimento das forças produtivas. A própria classe capitalista reconhece o baixo crescimento das últimas décadas, insuficiente para criar empregos e mesmo evitar a destruição contínua de milhares de postos de trabalho. No entanto, sobre condições tão adversas de desenvolvimento se avoluma a dívida externa e aumenta os ganhos parasitários do capital financeiro. Em outras palavras, o país empobrece enquanto que o saque avança. O governo Lula se mostrou, desde o início, impotente para romper essa relação, modificá-la e conter o saque imperialista.

3. Um governo antipopular é o que descarrega o saque imperialista e o parasitismo da burguesia sobre a maioria nacional oprimida. A exigência do grande capital quanto às relações trabalhistas é a de eliminar os mais elementares recursos de proteção aos assalariados. A classe capitalista procura se adaptar à desintegração de seu sistema de exploração e acumulação de riqueza. As contradições vêm se expandindo e acumulando mundialmente. As leis de funcionamento do capitalismo se convertem em fonte de crises constantes e cada vez mais amplas, a ponto de arrasar países inteiros. A renovação tecnológica continua em meio à situação de superprodução. A disputa dos monopólios, que tendem a se desintegrar mediante a queda nas taxas de lucros, os obriga a destruir velhas conquistas trabalhistas, não importando as suas particularidades naciona-

is. A liberdade para demitir com o mínimo de custo e as pressões para aumentar a produtividade do trabalho têm exigido reformulações nas leis trabalhistas, que desprotegem a classe operária e, inclusive, atingem a pequena burguesia. Para defender seus lucros e sustentar a disputa num mercado cada vez mais estreito, os monopólios atuam na política governamental para que esta elimine leis e cláusulas constitucionais em nome da liberdade de mercado e da modernização produtiva. O governo deve também contribuir com esse objetivo desfazendo-se de mecanismos de proteção estatal, ainda que esta seja elementar, como em áreas da saúde, educação, previdência e infra-estrutura. Entra governo e sai governo, e suas administrações continuam presas às mesmas metas estabelecidas pelo grande capital. A burguesia negocia entre si a destruição de tais conquistas, levando em consideração as repercussões na economia e a resistência dos explorados. O intervencionismo estatal e a concentração de poderes devem estar direcionados a aplicar os planos estabelecidos e a viabilizar as reformas neoliberais. Sobre condições de ausência de organização independente do proletariado e de enorme estatização dos sindicatos, a burguesia monopolista e seus governos criam novos mecanismos de aumento da superexploração, como o banco de horas, demissões voluntárias, terceirização etc. É visível como esse processo tem mutilado a classe operária, tornado-a mais escrava ainda do capital e como a classe média vem sendo rebaixada à pária. O salário mínimo que mal dá para um trabalhador comer é imposto a milhões de assalariados e aposentados. As novas gerações não vislumbram possibilidade de trabalho. Ao mesmo tempo, o Estado burguês reduz drasticamente recursos sociais, empurrando camadas inteiras para a barbárie social. O governo PT/Lula atua com uma política que reforça as tendências objetivas desintegradoras do capitalismo e as de expansão da fome e miséria.

4. Antes de chegar ao poder, o PT se colocava como alternativa de governo alegando a necessidade de afastar a oligarquia historicamente dominante. O que permitiria democratizar o Estado a ponto de incluir a influência dos trabalhadores, resolver problemas estruturais como da soberania do país, da terra e da fome endêmica. A aplicação de uma nova política de desenvolvimento e distribuição de renda baseada no fortalecimento das pequenas e médias empresas e do consumo popular potencializaria a capacidade do Brasil e o facultaria a abrir novos caminhos no mercado internacional. Para ganhar apoio de setores burgueses em torno de reformas democratizantes, definiu-se como partido da ordem capitalista, ou seja, defensor da propriedade privada dos meios de produção, da colaboração de classe e da preservação integral do Estado. O que o PT reformista tinha como programa era o reconhecimento da existência de tarefas democráticas típicas do país semicolonial. Dispunha-se a resolvê-las, uma vez que os demais partidos não poderiam assumi-las porque expressavam a fração oligárquica dominante do Estado. O PT, por ser independente e contraposto a esses setores, poderia constituir uma nova aliança 'democrática e popular', que apoiada nas massas, teria condições de fazer uma ruptura na velha ordem oligárquica e abrir um curso de desenvolvimento modernizador. É bom observar que essa linha de construção do PT se deu num quadro de avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu e

China, e assimilação de Cuba às pressões desintegradoras da economia estatizada. Em contrapartida, o imperialismo impunha a estratégia neoliberal e a ideologia da globalização. O PT se afirmou como crítico do comunismo e, ao mesmo tempo, do neoliberalismo. Para sua direção majoritária, a experiência do que se denominou 'comunismo real', sem distinguir o estalinismo do marxismo-leninismo-trotsquismo e sem responsabilizá-lo pela política de restauração, havia se esgotado e fechado o período histórico de revoluções proletárias. Mas também não poderia se admitir as exigências das potências, principalmente dos Estados Unidos com o Consenso de Washington, em relação aos países devedores e economicamente 'subdesenvolvidos' ou 'em desenvolvimento'. Com essa compreensão, o PT objetivamente se colocou no campo do imperialismo em favor da restauração e se mostrou incapaz de enfrentar a aplicação das reformas neoliberais, encabeçadas pela coligação PSDB, PFL e PMDB. Desde aí estava fadado a fracassar como partido das reformas democráticas e populares. Nem mesmo tentaria iniciar a solução das tarefas democráticas pendentes do país semicolonial, como a independência, a reforma agrária e o fim da miséria.

5. A primeira medida de independência e soberania seria e é de ruptura com os elos de domínio do capital financeiro internacional, que permite o endividamento e o saque. A manutenção dos acordos com o FMI, a aceitação de seus ditames para as diretrizes governamentais e o cumprimento das metas determinadas expressam submissão ao imperialismo. Nenhuma medida favorável às forças produtivas e à vida das massas pode ser tomada mantendo o pagamento da gigantesca dívida e as determinações das potências. Antes de ascender ao poder, o PT e sua vasta burocracia sindical já haviam demonstrado sua incapacidade de enfrentar o colonialismo imperialista. A sua tese de partido e de sindicalismo propositivo, que se resumiu a fazer adendos aos planos e ações do governo pró-imperialista de FHC, os colocou como oposição conciliadora e impotente. Sob a administração do PSDB, aplicou-se o plano nacional de desestatização e abertura de mercado. Dilapidou-se em pouco tempo um patrimônio que levou décadas para ser construído, para sustentar a dívida externa, que continuou a crescer em grande escala. O PT e sua burocracia sindical colaboraram para isso ao não organizarem um movimento de massa antiimperialista. Essa trajetória oposicionista demonstra que o reformismo se mostrou incapaz de defender a independência e soberania do país e que, ao ganhar as eleições, estava profundamente comprometido com as exigências do capital financeiro internacional. Os reformistas puseram de lado a bandeira de auditoria da dívida, pagamento somente daquilo que considerasse não lesivo e renegociação. A medida antiimperialista de não pagamento da dívida externa nunca foi fator programático. A idéia era de recomposição da dívida, de forma que não configurasse uma ruptura soberana. Nem mesmo essa tímida posição foi sustentada. O PT assumiu plenamente o endividamento e continuou o desfalque do país. Caminho esse que o levará ao impasse e à quebra.

6. A alta concentração de capital pelas potências e o empobrecimento relativo dos países semicoloniais, ao contrário, de se criar condições para o crescimento e melhor intercâmbio comercial, vem agravando o saque colonialista. A disputa do im-

perialismo pelas áreas de influência dá lugar à ofensiva intervencionista, encabeçada pelos Estados Unidos. A ação militarista justificada como recurso contra o comunismo, conhecida como 'guerra fria', já não é mais usada pelo imperialismo. O Pacto de Varsóvia foi eliminado com a desintegração das economias estatizadas e influenciadas pela ex-URSS. No entanto, os Estados Unidos continuaram a reforçar suas posições militares no mundo. Em nome da paz, a ONU atua a serviço da coligação militar das potências. Depois da guerra de 1991 contra o Iraque e recentemente a ocupação do Afeganistão, os Estados Unidos lançaram-se novamente contra o Iraque, passando por cima das divergências com a França e Alemanha, desconsiderando o Conselho de Segurança da ONU, que sempre foi e será organismo internacional do imperialismo. É importante rever, mesmo que resumidamente, esse processo para compreender a situação em que o imperialismo se mostra abertamente contraditório com a autodeterminação dos povos. A invasão do Iraque, destituição de seu governo, estabelecimento de um governo títere e controle de sua economia pelos Estados Unidos põem às claras a intolerância do imperialismo para com os regimes nacionalistas que esboçam um mínimo de resistência ao saque de suas riquezas naturais, que pretendem ter uma política própria de sua burguesia interna e que ousam contrariar a estratégia internacional das potências. Os interesses econômico-financeiros do capital monopolista penetraram de tal maneira nos países semicoloniais que se constituiu uma divisão do mundo pelas potências, na qual os Estados Unidos, com seu poderio militar, passaram a constituir alianças intervencionistas onde quer que seja. A doutrina norte-americana é de que a globalização de capitais das últimas décadas eliminou definitivamente o direito de soberania. Não faz senão recrudescer a característica histórica de que o imperialismo é a etapa de desintegração do capitalismo, de guerras, revoluções e contra-revoluções. Não há lugar para o pacifismo. Forças antagônicas se chocam e se convertem em maior opressão nacional e de classe. A hegemonia alcançada pelos Estados Unidos os coloca à frente dos ataques aos povos que se rebelam contra essa política intervencionista. Observamos que se desenvolve entre as massas o ódio à prepotência dos dominadores. É compreensível que esse ódio se concentre contra os Estados Unidos. O governo brasileiro, ao se colocar a serviço do intervencionismo norte-americano no Haiti, se contrapõe à tendência dos povos oprimidos e das massas exploradas resistirem à ofensiva militarista das potências. O envio de tropas não é um ato de soberania, nem de defesa do povo oprimido contra os opressores e muito menos de solução da guerra civil. É um chamado dos Estados Unidos para que apoie sua política intervencionista. Fortalecer o imperialismo em quaisquer de seus objetivos resulta em submeter ainda mais o Brasil semicolonial a seus ditames. A disposição favorável ao acordo dos Estados Unidos com a França/Alemanha para a ONU atuar no Iraque consagra a total capitulação do governo PT/Lula.

7. A existência de um amplo movimento camponês, protagonizado pelos sem-terra, que reivindica a reforma agrária, por si só, deveria constituir uma prioridade governamental. Esse movimento depositou esperanças na possibilidade de um governo alternativo, dito democrático-popular, que atenderia suas reivindicações, ainda que gradualmente e na forma dos

assentamentos. Tratava-se de direcionar recursos para a desapropriação, com indenização, de terras improdutivas e devolutas, grande parte identificadas pelo MST. A questão estava em ter um governo que encarnasse um programa de reformas democráticas e populares, sendo a reforma agrária uma das mais importantes. O poder do Estado nas mãos do PT, coligado a partidos considerados do campo democrático e popular, daria força aos movimentos para rechaçar a reação da oligarquia agrária. O apoio dos camponeses e dos operários por meio dos sindicatos, CUT e Contag viabilizaria um plano de reforma agrária e de proteção aos pequenos e médios agricultores. Não tardou para que essa visão se mostrasse ilusória e contrária aos interesses dos camponeses. O PT contraiu alianças, estabeleceu elos com a burguesia e se definiu pela manutenção da estrutura agrária vigente. Seguiria a diretriz de assentamentos do governo anterior e de contenção repressiva das ocupações, tendo para isso os instrumentos já estabelecidos pelo Estado burguês. A formação de um ministério administrado por um reformista de esquerda vem servindo apenas de manobra e de máscara para um governo encolhido diante da oligarquia, que tem ascendência sobre ele. O combate do MST pela via das ocupações e a brutal repressão sofrida, a ponto de ser vítima de massacres, testemunha que somente a luta de classes arrancará as terras do controle da burguesia latifundiária e agro-industrial. Mas a luta de classes, voltada a constituir um governo reformista e limitada a pressionar a burguesia a resolver a tarefa pendente da reforma agrária, leva o movimento social ao impasse. O movimento camponês corre o risco do esfacelamento e do enfraquecimento diante do poder burguês centralizado no Estado e com o apoio do imperialismo. A divisão e a multiplicação de agrupamentos de camponeses sem-terra são sintomas desse impasse, que já vinham se manifestando sob o governo FHC frente a sua política de assentamentos. A tarefa de constituir a aliança operária e camponesa, para capacitar tanto o movimento operário quanto o camponês contra a burguesia e seu Estado, foi bloqueada pela ação do reformismo petista, que controla maior parte das organizações dos explorados. Uma vez no poder, o governo do PT/Lula age com presteza contra os métodos revolucionários dos explorados. Encarna a ditadura de classe da minoria exploradora contra a maioria explorada.

8. Os milhões de votos recebidos pelo PT e sua coligação não deram ao partido o poder como se apregoava na estratégia do governo democrático e popular. Um poder capaz de afastar a velha oligarquia e renovar as relações do Estado. É compreensível que os partidos dominantes derrotados se declarassem em oposição civilizada, democrática e de cooperação com as medidas consideradas de interesse nacional. A coalizão FHC e o PT, sob o auspício do imperialismo, realizaram uma transição negociada, em que os reformistas assegurariam o continuísmo e evitariam uma ruptura perturbadora no funcionamento do Estado. A aceitação do novo governo em respeitar os acordos e contratos com os credores e o FMI foi aplaudida por toda a burguesia como disposição de se manter a estabilidade governamental e as relações entre as classes. Tirando algumas querelas em torno da denominada herança maldita, que o PT evitou denunciá-la às massas e revertê-la por meio da mobilização popular, assumindo assim como um legado inevitável, o governo Lula imediatamente procurou se adaptar à estrutura de domi-

nação montada há séculos pela burguesia. Fez uma teatralização monumental na constituição de ministérios, representando tendências distintas, como se fosse uma nova coligação. Trocaram-se os ministros para uma mesma política. A farsa ficou gritante com a indicação do presidente do Banco Central, homem do capital financeiro, da confiança do FMI e vinculado à coligação governamental anterior. O crescimento de sua bancada legislativa e de seus aliados não foi suficiente para controlar o Parlamento. O PT teria de negociar cargos e se socorrer da política de governadores dos próprios adversários para poder governar. Nem seu programa, nem sua política se dirigia ao apoio da ação direta das massas para fazer valer a gigantesca votação. Ao contrário, seu governo se constituiu numa alternativa de bloqueio da luta direta da classe operária e demais explorados. E a diretriz governamental que adotava, segundo as determinações do grande capital, estava em contraposição com as suas promessas eleitorais de solução do desemprego, da questão da terra e da fome. Uma vez afastada a luta direta contra a burguesia e assumida a linha pró-imperialista, ao PT só cabia constituir o governo com as velhas forças oligárquicas. O primeiro passo foi dado no sentido de aproximação de caciques que lideram frações parlamentares e o segundo foi o de trazer o PMDB para um acordo de coalizão. Já ficou evidente que o governo do PT não tem como centralizar e disciplinar as frações burguesas por todo um período, apesar do ostensivo apoio do imperialismo quanto à diretriz econômico-financeira.

9. Um ano e meio de governo e a oposição, do PSDB mancomunada com o PFL, encontra-se em condições de desgastar o governo, acusando-o de ter feito o estelionato eleitoral, de não cumprir as promessas e de assumir uma política econômica prejudicial ao desenvolvimento. Chega ao ponto de atacar o PT por praticar uma política contrária às necessidades do povo brasileiro. Tem argumentos, inclusive, para demonstrar que o governo petista está à direita de FHC, no que se refere à proteção social. Todos os pontos fundamentais que antes serviam para o PT fazer oposição, agora são usados pelos adversários. O que mostra que o PT não tem feito outra coisa senão reproduzir a velha administração capitalista. Mas é importante observar que as tendências da crise política vêm se avolumando. A demonstração de corrupção no cérebro do governo indica a agudização do choque interburguês no aparato do Estado. A política partidária, no Estado oligárquico brasileiro, está vinculada a todo tipo de venalidade, verdadeiras quadrilhas se abrigam nos mais diversos escalões da estrutura dos três poderes. Os confrontos internos transformam a política em escândalos de corrupção e vice-versa. O PT, que fez carreira com a máscara da transparência e da ética, comparece agora com parte dos quadrilheiros. Evidencia-se como as CPIs não passam de instrumentos de barganhas. Nenhum dos partidos oposicionistas, a não se demagogicamente o PDT, questiona a essência da diretriz governamental pró-imperialista. Mas se dividem em exigências de proteção a determinados setores e ramos de negócios. É o que ocorre em torno das taxas de juros, do valor do câmbio, das isenções, subsídios etc. Um outro flanco de atrito se localiza na relação federalista da União com os estados e municípios. Há estados que estão em situação de penúria, senão quebrados, como é o caso do Piauí. Carga tributária e reforma fiscal são pontos de profundas discórdias. As reformas

exigidas pelo imperialismo acabam ficando no meio do caminho e aumentam os choques de interesses. As tendências predominantes são de aumentar esses conflitos e o governo do PT/Lula se tornar mais refém ainda da oligarquia dominante. A possibilidade desse governo vir a convocar as massas a sair às ruas em defesa de uma mudança de política econômica e financeira, que se contraponha às pressões desintegradoras do núcleo governamental, não é visível. A esperança e ilusão da ala esquerda do PT se assenta nessa possibilidade. Mas tudo indica que o governo PT/Lula aprofundará a política de ataque à vida da maioria. E que os movimentos contestatórios já existentes ganhem maiores dimensões e superem o corporativismo. Essa possibilidade é que deve ser trabalhada pelo partido.

10. A burguesia, por intermédio de seus partidos e outras instituições, sabe que a arregimentação dos sindicatos e da CUT por esse governo é um fator favorável à implantação das medidas antinacionais e antipopulares. Também considera a capacidade de manter o movimento camponês dentro dos limites impostos pela política agrária de FHC. Trata-se, para a classe dominante, de sustentar esse fator de estabilização do governo Lula e de normalidade do processo de exploração do trabalho. Os trabalhadores vêm indicando descontentamento e a camada mais politizada do proletariado esboça contestações às medidas contrárias às promessas reformistas. A burocracia sindical movimenta o enorme aparato para convencer a classe operária de que os sacrifícios impostos a ela são passageiros e que se vive um momento de transição. É como se o governo do PT estivesse a caminho de ter uma fisionomia própria. Promete, com a reforma sindical, fortalecer o movimento social, para que seu apoio ao governo resulte em políticas favoráveis às massas. Na verdade, o que se faz é explorar as ilusões dos trabalhadores e aumentar o grau de estatização dos sindicatos/CUT, transformando-os mais ainda em correia de transmissão da política patronal. Utiliza-se a democracia burguesa canalizando a revolta dos oprimidos para as esperanças parlamentares e responsabilizando os sindicatos e movimentos pela sustentação do governo, como se esse não fosse instrumento da ditadura de classe dos capitalistas. A burocracia atua como destacamento governamental obscurecendo a política de classe do PT/Lula e a sua orientação voltada a preservar os interesses do capital monopolista e dos credores internacionais. A estratégia de classe da burguesia em relação ao proletariado e demais explorados é de impedir que estes assumam unitariamente um programa de reivindicações contraposto à exploração e que transforme o instinto de revolta em movimento revolucionário consciente. A classe capitalista não pode permitir que as massas em suas experiências com vários tipos de governo burguês compreendam que todos eles, mais ou menos democráticos, expressam uma ditadura de classe e que só com a ditadura de classe é possível manter a exploração, sustentar um enorme exército de desempregados crônicos, um vasto contingente de subempregados e uma massa de miseráveis. A burocracia sindical é a tropa de choque da política e da ideologia que acobertam a ditadura de classe e seu exercício pelo governo dito democrático e popular do PT. No momento, atua para que renuncie o combate pelas reivindicações elementares, como defesa do salário, do emprego e dos direitos trabalhistas. Mutila os movimentos grevistas, apoiando as manobras do go-

verno. A luta por arrancar os sindicatos do controle dessa burocracia e constituir direções revolucionárias nos sindicatos é uma tarefa necessária para que os explorados possam ir conquistando a independência de classe.

11. O descontentamento já prenunciado da população trabalhadora com o governo se converterá em quebra das ilusões pela defesa de suas bandeiras, inclusive aquelas prometidas, como os 10 milhões de empregos, e por meio da ação direta. A ala da esquerda petista critica a política de submissão ao FMI e suas conseqüências, esperando que esse partido modifique a diretriz governamental, assumindo o programa reformista, enfrentando o descontentamento eleitoral. Essa é a conduta diante das eleições municipais que se avizinham. Não será no campo da democracia burguesa e do eleitoralismo que os trabalhadores superarão suas ilusões no governo petista. Por esse caminho, as massas continuarão sob a pressão da política burguesa e poderão retornar aos velhos partidos. A luta revolucionária combate as ilusões não apenas a este ou aquele governo, mas na democracia capitalista e nos métodos correspondentes ao exercício do poder burguês. Não se deve confundir o descontentamento dos trabalhadores com o governo eleito por eles como sendo o fim das ilusões democráticas. É claro que o descontentamento é uma manifestação necessária para que a supe-

ração venha a ocorrer. Tanto a direita burguesa quanto a esquerda eleitoral usam o descontentamento para alimentar as ilusões, com seus métodos eleitorais, com seus aparatos e muito dinheiro. A burocracia sindical se põe a serviço dessa dominação de classe. Combate a ação revolucionária que parte das reivindicações mais elementares das massas para opô-las à burguesia, aos governos e ao Estado. O vínculo das reivindicações com a estratégia anticapitalista é condição para que os explorados ganhem independência de classe, organizem-se como força própria e rechacem as manobras da democracia burguesa. Para isso, é preciso o partido operário revolucionário, internacionalista, construído no seio do proletariado. A luta por ajudar as massas a superar suas ilusões no governo que se apresentou reformista e a romper toda ilusão na democracia burguesa, bem como a luta por ajudar a vanguarda a superar os enganos da esquerda centrista, que tem procurado se constituir como alternativa de esquerda eleitoral ao PT, está colocada como condição para construir o partido da revolução e ditadura proletárias. É com o programa de reivindicações transitórias que o POR luta contra o governo do PT/Lula, rechaça a esquerda eleitoreira, combate pela independência dos sindicatos frente ao Estado burguês e seus partidos e trabalha no seio dos explorados lutando por ser sua direção e por sua construção.

Grileiros/latifundiários no processo histórico da cobiça das terras indígenas em Rondônia

Rondônia possui uma área de 243.044 Km² de população aproximada de 1.500.000 habitantes. No século XVII eram 80.000 índios, que começaram a ser massacrados pelos interesses capitalistas dos brancos, que invadem suas terras, saqueando o ouro, a seringa, cacau e poaia e grilam terras para a agricultura e pecuária, extração de madeira de lei e minério, dizimando e, em alguns momentos, escravizando em outros massacrando ou mesmo através do contágio com doenças como gripe, sarampo, catapora, caxumba, tuberculose, malária e nos dias atuais, com HIV, dengue, viroses etc. e por meio das diversas drogas conhecidas pelo "homem branco".

Com a intensa invasão genocida, motivada pelos interesses de concentração de renda implementada pela burguesia brasileira junto às multinacionais, o massacre dos indígenas em Rondônia chega a tal intensidade, que nos anos 70, dos 80.000 indígenas contabilizados até o século XVII, encontrava-se apenas uma população de 4.000.

De acordo com estudos desenvolvidos pelo Conselho Indigenista Missio-

nário - CIMI/RO - 2002, nos dias atuais, a população indígena em Rondônia, berço da língua Tupi, conta com apenas 6.900, que ocupa 20 terras correspondentes a apenas 12% da área, faltando identificar as terras dos indígenas desaldeados e os indígenas considerados "livres".

Como os indígenas têm perdido suas terras, fonte de sobrevivência coletiva das várias famílias nas aldeias? Pela cobiça dos grileiros, que se converteram em ricos latifundiários exploradores de mão de obra escrava, inclusive da mão de obra dos próprios indígenas.

Ironicamente, aceita-se a posição de que o "Serviço de Proteção aos Índios" (SPI) tenha levado indígenas para conviver com os não índios, pelo fato de terem perdido suas terras, sem notícias de resistência a esse fato. Como se estes pacificadores, que atendem aos interesses capitalistas e compõem como defensores dos povos indígenas, intervindo nos seus destinos, representassem a proteção deste povo. Na verdade, o SPI não passa de mais um destes órgãos colaboradores da opressão de classe, pacificadores, que facilitam a retirada dos

indígenas de suas terras para que grileiros, madeireiros e empresas de mineração possam invadir e saquear as riquezas, enquanto as nacionalidades nativas são dizimadas e os sobreviventes continuarão tripudiados nas cidades discriminados pelos não índios, entregues ao mundo capitalista da miséria, fome, desemprego etc. Nas periferias das cidades, submetidos à humilhação da convivência em meio à educação ideológica do capitalismo em estado de barbárie (profunda crise que atingem as maiorias exploradas em função dos exploradores).

Um dos latifundiários atuais, que grilou terras indígenas, trata-se do então Ministro da Previdência do PT/Lula, Amir Lando (PMDB), que grilou terras dos povos AKUNSU, junto com o grileiro Antenor Duarte, que se converteu em latifundiário da Fazenda Santa Elina, que gerou o impune massacre de Corumbiara. A área conta com 51.100 hectares na cidade de Corumbiara, e se encontra sob intervenção judicial. Existe a presença de índios que não foram contactados, sendo os recém contactados os AKUNSU e os CANOË. A área continua com problemas conflitantes

tes. Dos povos Akunsu, restam apenas sete, depois do último massacre, de 1995, o mesmo ano do massacre dos sem terra de Corumbiara – pelos jagunços de Antenor Duarte e polícia militar da época do governo Raupp (PSDB).

Um dos sobreviventes do massacre Akunsu relata, em depoimento ao CIMI, que em novembro de 95 eram muitos e que: “aqui mataram muito, todo mundo morreu matado. Há pouco tempo o fazendeiro matou quatro: meu pai, meu sobrinho, meu primo, meu tio. Fazendeiro matou, então nós fugimos, não pudemos trazer nossas coisas, perdemos quase tudo: urucum, algodão, fumo, amendoim”. Este um exemplo quanto ao povo indígena AKUNSU, que envolve grileiros, um dos quais – Amir Lando (PMDB), estão junto ao governo Lula/PT num importante ministério – o da Previdência. Vejam só até onde chega o governo PT enlameado junto a desgraça de maiorias, inclusive por extermínio. O caso da reserva dos indígenas Cinta Larga vem se arrastando em virtude da intensa intervenção do Estado e da cobiça de empresas de exploração de garimpo sobretudo da Cassiterita e diamantes além da exploração madeireira

Fazem parte ainda dos desaldeados, em Rondônia, os povos Migueleno, Purubora, Jaboti, Wayoró Kampé, Canoé, Urubu, Salamã Cujubim, Atikum, Massaká e Cassupá, compondo hoje os doze povos indígenas sem terra em Rondônia, juntamente com os Aruá, Gavião, Arikapú. Aikanã, Cabixi, Tupari e Apurinã, que estão fora dos seus territórios tradicionais.

Desde os mais recentes conflitos, devido à invasão dos grileiros, os jornais locais, como o Alto Madeira (09/05/1986), alertavam quanto aos massacres indígenas, afirmando que “massacrar índios é coisa corriqueira”. Neste mesmo ano, foram interditados 6.900 hectares de terra para os chamados povos livres da região. No entanto, o resultado da pressão dos fazendeiros foi a liberação da área em favor dos saqueadores e, como consequência, mais massacres aconteceram sobre os indígenas envolvendo antigos grileiros, inclusive o Antenor Duarte com outra fazenda que tem o nome de São Judas, acusações que se encontram na

FUANAI e expostas através do Parecer Técnico de nº 149 de 07/11/1995. Trata-se do mesmo latifundiário/grileiro, que, neste mesmo ano, envolveu-se no massacre contra os camponeses sem terra na Fazenda Santa Elina em Corumbiara

Cobiças sobre as riquezas da Reserva Roosevelt dos povos Cinta Larga

Os conflitos mais recentes entre índios e garimpeiros na Reserva Roosevelt dos índios de etnia Cinta Larga, a 95 quilômetros de Espigão do Oeste em Rondônia, teve início desde quando começou a atividade de extração ilegal de diamantes no ano de 1999 e se intensificaram em 2000, devido ao aumento do número de garimpeiros na região da extração considerada, ilegal por ser uma reserva ambiental, mas sempre tem patrocínio de políticos, empresários e estrangeiros. A reserva em virtude desta invasão, se converte numa cidade com comerciantes, casa de prostituição etc. 5 mil garimpeiros brancos pagavam 20% da produção para os índios autorizarem a extração de pedras, nessa época os índios não extraíam minérios só autorizavam e fechavam o garimpo por determinado tempo. Em 2002, os garimpeiros pararam o garimpo num dia e, no outro, se armaram e invadiram o garimpo. Neste mesmo ano, a Funai usou R\$ 1,5 milhão para organizar um grupo-tarefa que visa impedir a invasão de garimpeiros no local. Já em março do mesmo ano, a presidente da União Nacional dos Garimpeiros denunciava chacina de dezenas de garimpeiros a PF diz que extração era ilegal por estar causando dano ambiental.

A Reserva Roosevelt é uma das maiores de diamantes do Brasil e a exploração vem sendo feita há cinco anos com a participação direta dos índios Cinta Larga, tanto índios como garimpeiros têm sido mortos. Os garimpeiros acusam a Funai de apoiar os índios a cometerem os homicídios de garimpeiros. Em março de 2002, foi encontrado morto um índio César, em abril do mesmo ano mais três corpos foram encontrados. No mês de junho, mais 7 corpos de garimpeiros foram resgatados e outros corpos no ano anterior foram retirados

após um conflito entre índios e garimpeiros em estado adiantado de decomposição. Em novembro, um cacique João Cinta Larga Bravo, de 123 anos, sendo o mais velho das regiões Norte e Nordeste foi morto portando R\$ 50 mil em dinheiro e 60 pedras de diamantes avaliados em mais de US\$ 13 mil. Em novembro de 2003, mais 5 corpos de garimpeiros são encontrados mortos dentro da reserva destes cinco mais dez foram resgatados pela polícia civil de Cacoal e nove pelo delegado de Cacoal e vários pela Polícia Federal.

No dia 13 de novembro, a imprensa noticia o sumiço de mais 12 garimpeiros de terem entrado na reserva e não retornado, segundo Associação dos Garimpeiros. Neste mesmo dia, a Polícia Federal prende um policial federal, um advogado e diversos empresários acusados de envolvimento na extração ilegal de diamantes na reserva. Foram quatro presos e nove mandados de busca e apreensão nas cidades de Vilhena, Cacoal e Juína (no estado do Mato Grosso). Os indiciados: Nilmo Pires dos Santos (já estava preso por crimes relacionado ao garimpo), Adenilson Damasceno Dodô (também estava preso e é empresário de garimpo), Antônio Moreira de Melo (garimpeiro), Dirceu de Castro Miranda (dava apoio logístico ao garimpo), Roberley Rocha Finotti (advogado e intermediário na venda de diamantes), Renato Marine (comprador e sócio de garimpeiros) e José Cadete da Silva (policial federal). Este policial recebia propina por repassar informações sobre as ações da PF na região e os restantes por envolvimento de extração ilegal de diamantes.

Também foram denunciadas, em novembro de 2003, torturas com garimpeiros pelo Grupo Tarefa da Funai que é comandado pelo responsável Walter Blos, funcionários da Funai, envolvidos na extração de diamantes e venda de equipamentos de garimpeiros. Constataram que funcionários da Funai juntamente com os índios são usados por grupos de empresários de outros estados brasileiros e dos Estados Unidos, Bélgica, Suíça, todos esses descem nas pistas de pouso construídas pelos próprios índios e através deste contrabando de diamantes denunciaram tráfico de drogas os aviões trazem a droga e

troca por diamantes e com isso os índios se tornam viciados e capazes de fazer qualquer ato bárbaro.

O que ocorre hoje com os índios é o resultado de estarem usando das mesmas práticas da “civilização” capitalista, que foi imposta desde a invasão dos portugueses ao Brasil, que iniciaram a matança de povos indígenas para se apropriarem das riquezas aqui existentes. Desde a chegada dos portugueses, segundo as estatísticas oficiais, já foram exterminados aproximadamente 700 povos, que correspondem a 6 milhões de pessoas. Restam apenas hoje no Brasil 235 povos sobreviventes, com uma população estimada em 550 mil pessoas falando 180 línguas e ocupando 756 terras indígenas cadastradas pelo governo federal.

No estado de Rondônia, no noroeste do Brasil, é o exemplo da matança desenfreada de índios. No século XVIII, viviam cerca de 100 mil índios na região. Na década de 70, população indígena era aproximadamente de 4000 índios. Nesta mesma intensificava-se a migração para Rondônia e conseqüente da ocupação de terras por fazendeiros, madeireiros e garimpeiros os quais foram acusados de invadirem terras indígenas e matarem seus habitantes para extraírem pedras preciosas e madeiras de lei. Inclui-se que faz parte destes grupos de saqueadores o senador e ministro da Previdência Social Amir Lando e Antenor Duarte informe de uma publicação do Conselho Indigenista Missionário – Cimi-RO, julho de 2002, p.9.

O órgão oficial, que foi criado no Brasil desde do século XX, que se reivindica de defensor dos povos indígenas que é Fundação Nacional do Índio (FUNAI), CPI e outros que se dizem defensores dos povos indígenas serve apenas para justificarem que existem, mas as funções deles são justamente para mascarar todas as atrocidades que são feitas com os povos indígenas.

Em Rondônia, onde possivelmente nasceu a língua Tupi, tem hoje 36 povos indígenas, nas mais variadas situações. No dia 7 de abril deste ano acerca de 100 índios escondidos na mata atacam atirando nos 150 garimpeiros que estavam em atividade no meio da mata que totalizou na morte de 29 garimpeiros neste período o índio Márcio Cinta Larga foi

amarrado por garimpeiros em uma árvore em praça pública de Espigão do Oeste para ser linchado pela população. Após esse conflito, surgem várias denúncias de envolvimento de funcionários da Funai em esquema de lavagem de dinheiro, tráfico de diamantes, tortura e assassinato de mineradores. Em 2003, os conflitos se agravaram mais entre garimpeiros e índios no mês de outubro oito garimpeiros foram assassinados. Desde que iniciou a extração ilegal de diamantes na reserva também o tráfico de diamantes se intensificou na região. No último conflito, em que 29 garimpeiros foram mortos pelos 15 corpos ficaram sem ser identificados porque só após oito dias é que foram feitas as buscas dos corpos, pois os policiais temiam ataque dos índios, e até o governador Ivo Cassol (PSDB) denuncia dizendo: “Os índios convidam os garimpeiros para explorar os diamantes ganhando apenas comissão e são mortos covardemente pelos supostos donos da terra”. Os jornais noticiam que os caciques dos índios Cinta Larga se tornam marajás possuem caminhonetes Mitsubishi e mansões avaliadas em até R\$ 100 mil. O cacique Uita Matina Cinta Larga, 59, é proprietário de uma mansão na avenida 2 de junho, centro de Cacoal. Outro cacique rico é Nacoça Pio Cinta Larga, que em uma transação na quadrilha de contrabandistas teria recebido quase R\$ 400 mil em troca de diamantes. O bispo de Ji-Paraná denuncia o massacre dizendo “Após este confronto os garimpeiros seqüestraram o indígena Marcelo Cinta Larga, maltrataram-no até finalmente o entregaram para a Polícia Federal”. O bispo se queixa de estarem acusando-o de protegerem os índios e que ouviram relatos de pessoas que diziam que os caciques arrumam suas vidas e esquecem os índios fazendo negócios com madeireiros e outros. O bispo em seu protesto à (CNBB) fazendo crítica as “autoridades” quando diz: “Indignação, protesto e denúncia porque, depois de tantos anos que este problema do garimpo do Roosevelt existe, as autoridades competentes não foram capazes de buscar uma solução justa e definitiva; porque as autoridades, ao mesmo tempo que permitem o massacre dos pequenos garimpeiros, permitem que poderosos en-

riqueçam com a extração, comércio e contrabando dos diamantes. Estes são intocáveis!”

Os parlamentares federais já entregaram requerimento para criação de uma CPI, que investigará todos os minérios em solo indígena e os que esta CPI pede o afastamento do coordenador da reserva pela Funai Walter Blós que é denunciado que está sendo beneficiado com extração ilegal de diamantes. O Congresso Nacional prepara um anteprojeto para regularizar a exploração mineral em terras indígenas, mesmo a constituição proibindo.

As denúncias de corrupção feitas pelo próprio governo servem para justificar a intervenção estatal nas terras por não reconhecer o direito a autodeterminação. O fato de uma parcela indígena se enriquecer às custas da miséria dos demais membros da aldeias é consequência da penetração das relações capitalistas, levadas pelos colonizadores, grileiros, contrabandistas e multinacionais.

A questão indígena não se resolverá por meio de demarcações de terra e pela catequese imposta pelas instituições religiosas. A história já demonstrou que o sistema de exploração do trabalho impõe o genocídio e escraviza os povos indígenas. A existência de tribos, por dizimadas que tenham sido, coloca a necessidade da defesa da autodeterminação desses povos. Evidentemente, a classe capitalista e nenhum de seus governos admitem esse direito democrático. As terras e suas riquezas do território indígena são motivos de exploração. O máximo que o Estado burguês pode fazer é procurar domesticá-los para que os capitalistas os usem para a exploração. Frente à resistência à invasão grileira pelos indígenas, o resultado é o massacre. Uma pequena parcela é cooptada e transformada em casta privilegiada, às vezes até enriquecida. Por essa via, a consequência é a extinção definitiva de tais etnias.

Compreendemos que estes problemas são insolúveis nos marcos do capitalismo e por isso dizemos que só o governo operário e camponês (Ditadura do Proletariado) cumprirá a tarefa de autodeterminação dos povos indígenas, recuperando suas terras e riquezas, conquistando sua soberania, decidindo sobre seus próprios destinos.

Professores-SP

É bom saber o que aconteceu com a campanha salarial e preparar o retorno da luta

Os trabalhadores saem à luta quando as condições objetivas (materiais) se combinam com as subjetivas, que envolvem a disposição da classe e confiança na política da direção sindical. Na campanha salarial desse semestre, a diretoria da Apeoesp se colocou, desde o início, contrária à aprovação de uma greve coesa, forte e em unidade real com o funcionalismo público, que também se movimentava no sentido da greve.

As escolas técnicas ficaram oitenta dias paralisadas, os servidores federais e a saúde também enfrentaram greves longas. Quando um setor enfraquecia, outro entrava em greve e chegamos no mês de junho com as universidades públicas lutando para quebrar a ofensiva dos governos de arrocho salarial e destruição do ensino gratuito. Foram milhares de servidores que cruzaram os braços, mas não houve a unidade grevista para que os movimentos setorializados ganhassem força de massa, necessária para enfrentar de conjunto a diretriz governamental, que é centralizada pelos poderes federal, estadual e municipal.

Uma a uma, os governos venceram os grevistas pelo cansaço, pelas ameaças de cortes e outras punições. Uma esfera estatal joga para a outra a responsabilidade da manutenção do violento arrocho salarial. Ora é a Lei de Responsabilidade Fiscal, ora é o limite de gastos previstos no orçamento, ora é a Lei eleitoral que impede reajustes às vésperas do pleito etc. Na verdade, todos estão mancomunados com a implantação da diretriz do FMI, que é de cortes de recursos públicos, privatizações de serviços sociais e elevação de impostos. Tudo para assegurar o compromisso de manter o superávit primário, mecanismo que avaliza os empréstimos e acordos com os credores internacionais.

A diretoria da Apeoesp, que potencialmente pode contar com uma base de mais de 100 mil filiados, atuou e atua contra a tendência instintiva do funcionalismo, que é a da unidade. Colocou-se contra as assembleias conjuntas, a formação de comandos eleitos na base e unitários e trabalhou para que não houvesse uma ofensiva única de todos os servidores públicos. Fez proselitismo em torno dos fóruns com as entidades do funcionalismo e das negocia-

ções por setor. O resultado está aí: o governo Alckmin enrolou com os prazos, verificação de contas com outros órgãos da administração e se manteve firme no propósito de sustentar a linha do não-reajuste salarial. Os burocratas da Apeoesp, com a política de aguardar novas negociações, foram desmobilizando o professorado. De uma assembleia com quase 10 mil professores (a primeira do ano) foi se esvaziando. Aqueles que se mobilizaram no início da campanha, hoje não acreditam que essa direção possa reverter a ação governamental contra os salários e as condições de ensino. Como todo burocrata, a diretoria acusará o movimento pelo fracasso da campanha salarial.

Começamos dizendo das condições objetivas para que haja a luta e estas são cada vez mais brutais contra os trabalhadores. No nosso caso, os governos não ficaram inertes nesses últimos meses. Ao contrário, anunciaram a continuidade da reforma educacional, que atingirá desde a pré-escola até o ensino superior.

O Ministro da Educação, Tarso Genro, divulgou no Informativo do Enem, o conteúdo do documento "Choque de qualidade na educação básica", contendo 14 pontos. Entre eles estão: a separação do ensino médio em dois níveis, o primeiro, de dois anos, básico e obrigatório e o segundo, dividido em duas partes de caráter optativo para os alunos. Essa história é velha e as conseqüências são fechamento de escolas, turnos, desemprego e alunos sem escola pública no último ano do ensino médio. Outro ponto, é a volta da conversa sobre o currículo mínimo nacional: as disciplinas obrigatórias e as optativas. Esse é o mecanismo para eliminar disciplinas e reduzir carga horária. Mantém as avaliações externas tanto do professor quanto dos alunos e reforça a tal da premiação do "bom desempenho escolar", ou seja, salários diferenciados. A reforma universitária, já em andamento, prevê a compra de vagas nas faculdades privadas, o aumento das fundações empresariais nas universidades públicas e mantém os elevados subsídios aos institutos superiores particulares tidos como filantrópicos. Trata-se da mercantilização crescente da educação. O governo

Alckmin não se opôs a essas propostas do MEC.

Como se vê, os governos não páram. Agem unitariamente contra o ensino gratuito e contra as condições de salário e de trabalho. Mais o grave do problema é que as direções sindicais apóiam os governos. A diretoria da Apeoesp é refém do governo PT/Lula. Nada fará para que os trabalhadores possam enfrentá-lo nas ruas em defesa de suas reivindicações. O palavreado de independência da Apeoesp diante do governo se esvae aos ventos quando se recusa a denunciar e a lutar contra as reformas educacional, previdência, sindical e trabalhista.

A vitória dos trabalhadores dependerá do fortalecimento da fração militante que encarna as reivindicações da classe e dos estudantes para poder quebrar a política governamental e a burocracia sindical subserviente.

É preciso reorganizar o movimento grevista

O fracasso da campanha salarial, nesse primeiro semestre, não pode reforçar a divisão dos professores, apatia e o descrédito para com a luta. Ao contrário, tem de ser superado pelo avanço do movimento. O momento não permite recuos, porque o governo se aproveita da fraqueza da classe para impor novas medidas contra os salários, o emprego e os direitos trabalhistas. Por isso, é necessário uma avaliação crítica da conduta da direção, inclusive da Oposição Alternativa (PSTU e setores do PT) que radicaliza em palavras e acaba apoiando as propostas do setor majoritário da diretoria.

É necessário ganhar a confiança daqueles que foram às assembleias e dos que se acomodaram diante do desmonte da escola pública e pauperização dos salários. O que significa fazer uma intensa campanha contra as reformas educacionais que estão por vir e as que já destruíram parte das escolas e dos empregos. Uma campanha pelo reajuste salarial imediato e pelo fim das reformas que retiram direitos trabalhistas. Uma campanha que tem como objetivo central a aprovação da greve para que possamos impor a derrota da política governamental.

Fortaleza-CE

Estudantes saem às ruas para defender a meia passagem

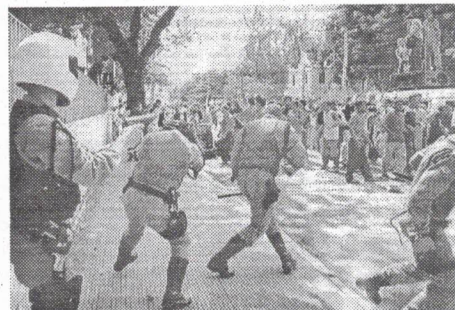
O prefeito Juraci, aliado dos empresários e inimigos da população e dos estudantes, baixou a portaria 13-C que regula, via Ettusa, a implantação de um novo sistema de leitura das carteiras/vales-transportes. O custo da implantação para os empresários será algo em torno de R\$10 milhões. Mas quem vai pagar de fato será a população, por meio do aumento da passagem (previsto para R\$1,80). Como se não bastasse isso, o novo sistema, que fará leitura em infra-vermelho da nova carteira (chamada de cartão inteligente), permite à ETTUSA mapear o trajeto dos estudantes diariamente. A intenção não é outra senão a de limitar a meia para depois destruí-la. Além disso, a Prefeitura pretende substituir os vales em papel pelo Pass Card, que não poderá ser vendido. Dessa forma, além de tirar o emprego de milhares, que vivem da venda dos vales, o prefeito dá o primeiro passo para demitir cobradores, já que a pretensão futura é a implantação de catracas

eletrônicas nos ônibus.

Os estudantes realizaram manifestações em defesa da meia passagem e contra as novas medidas do prefeito Juraci e seus aliados. A audiência pública na Câmara Municipal sobre a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica nos ônibus resultou na enorme repressão policial contra os estudantes que defendiam a meia passagem. A repressão não parou aí. A manifestação estudantil que levantava bandeira da meia passagem foi recebida com tiros, prisões e brutal violência policial.

A Corrente Proletária Estudantil atua no movimento defendendo a ação direta para derrotar os planos de Juraci e empresários contra os estudantes e trabalhadores. Levanta a bandeira de meia passagem rumo ao passe livre para todos os estudantes e desempregados. Luta pela estatização dos transportes coletivos, sob o controle dos trabalhadores. Trabalha para pôr em pé os comitês nos bairros, unindo o

movimento dos estudantes com a dos explorados.



Cenas da repressão policial contra os estudantes em Fortaleza

Campanha do POR

Temos divulgado e defendido uma moção de repúdio e um abaixo-assinado contra a repressão que têm sofrido as lideranças da cidade de Ceará Mirim (RN) pela prefeita Ednólia Melo (PSDB). Para apoiar esse movimento, basta que sua entidade ou movimento apóie a moção de repúdio ou que se passe o abaixo-assinado e os envie para o SINTE de Ceará Mirim ou aos cuidados deste jornal na Caixa Postal 01171 CEP 01059-970- SP.

Moção de Repúdio:

Repudiamos a postura da prefeita Ednólia Melo – Ceará Mirim, Rio Grande do Norte, que persegue os trabalhadores da Educação, retirando os seus salários por sete meses, tentando processar como criminosos três companheiros que denunciaram as irregularidades na educação e ameaçando demitir os coordenadores do SINTE, retirando o repasse da contribuição sindical etc.

Ao mesmo tempo, denunciemos a Promotoria Pública, que se nega investigar as denúncias feitas pelo sindicato e pela segunda vez acata a denúncia do representante da Prefeitura contra o SINTE, tentando processá-lo.

Abaixo a perseguição política

Defesa das liberdades democráticas

Pagamento imediato dos salários retirados

Fim dos processos judiciais e administrativos

Abaixo-assinado:

Nós, abaixo-assinados, repudiamos os ataques feitos pela prefeita Ednólia Melo (PSDB) aos trabalhadores em educação e aos trabalhadores do SAAE de Ceará Mirim, Rio Grande do Norte. Bem como rechaçamos a perseguição política aos coordenadores do SINTE, Francenilda Nogueira, João Maria, Abel Bezerra e a professora Francisca Gomes, os três últimos responderem processo criminal por terem denunciado as irregularidades no Município e ao representante sindical do SAAE João Maria de Assis, que é perseguido por participar de atividades sindicais.

Abaixo a perseguição política;

Pagamento imediato dos salários retirados de Francenilda e João Fernandes;

Abaixo os processos judicial e administrativo;

Volta do pagamento da insalubridade aos companheiros do SAAE, que estão sendo perseguidos

Funcionário da Educação –SP

A situação do funcionalismo diante do Governo

O funcionalismo em geral (educação, saúde etc.), têm suportado, há 10 anos, um brutal arrocho salarial. As poucas migalhas, concedidas como gratificações ou como planos de carreira, não foram suficientes para melhorar o salário, nem mesmo a carreira. Não permitiram que os trabalhadores enfrentassem os aumentos das tarifas públicas e dos preços de alimentos. Pelo contrário, a política adotada pelos governos foi a de economizar dinheiro para pagamento da dívida externa. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem esta finalidade. Os governos dizem que não podem ultrapassar os gastos com a folha de pagamento, para que os gastos não sejam maior que a arrecadação dos impostos. Estes governos, tanto o federal como os estaduais, têm feito as economias em cima das costas dos trabalhadores, não reajustando os salários, sucateando a cada dia os serviços sociais, como a saúde, educação e habitação.

Na educação, os funcionários sabem bem o que é o sucateamento. Além da estrutura escolar não dar nenhuma condição de trabalho, enfrentamos ainda os contratos temporários, com apenas uma ajuda de custo.

Esta realidade que vivemos dentro das escolas encontramos nos hospitais aonde vamos ou em qualquer setor público que precisamos utilizar os serviços.

Diante desta situação, não seria necessária a Unidade para Lutarmos?

A Corrente Proletária na Educação entende que existe a necessidade da uni-ficação da luta de todo o funcionalismo,

pois a Lei da fome e miséria e igual para todos os trabalhadores. Porém, as direções do funcionalismo têm dividido os trabalhadores, não defendendo nenhuma medida de unidade, a não ser atos vazios. Quando uma categoria faz greve ela é isolada pelas direções. Esse é o caso da saúde, que estava em greve há quase um mês, enquanto a direção da AFUSE fazia uma campanha para não confiar na greve como método. E mais ainda: os dirigentes dizem que a unidade prejudica os trabalhadores.

Esta política é pelega e traidora, diante do grande ataque que vivemos.

Os trabalhadores devemos rejeitar essa política. Defendemos a unidade como passo importante para pressionar o governo a atender nossas reivindicações. Sem utilizar as assembleias soberanas, que votem no método da luta coletiva, não teremos nenhuma reivindicação atendida.

Por que os funcionários de escola não são convocados para uma Assembleia?

A diretoria tem feito muitas manobras nas reuniões de RUT's (Representante de Unidades de Trabalho) e do Conselho Estadual para evitar a convocação de uma assembleia. Dizem de tudo: que os trabalhadores não viriam para a assembleia, que é caro trazer os trabalhadores do interior, e tantas outras mentiras.

Mas o que está por trás de não se convocar a Assembleia Geral?

1º - É a assembleia Geral que tem o poder de reunir coletivamente a classe e de discutir os seus problemas. Para a di-

retoria isto é um problema, por mais que ela controle a assembleia, muitos trabalhadores, percebem as manobras e passam a ver a diretoria com os olhos de desconfiança. Ainda assim na assembleia a diretoria tem que divulgar mais o que negocia com a secretaria da educação, tem que ouvir críticas etc. Corre o risco da assembleia obrigá-la a organizar os trabalhadores massivamente.

2º - Hoje a diretoria da AFUSE tem um outro problema, que é a denúncia de corrupção, que em uma assembleia aparecerá, querendo eles ou não, por isso procuram evitar as assembleias.

3º Por fim a diretoria da AFUSE não quer se chocar com a Secretaria da Educação, não quer discutir a unidade dos trabalhadores em assembleia, não quer se opor ao governo PT/Lula etc., pois as eleições estão se aproximando.

Resposta a esta situação

Para que possamos modificar esta situação faz-se necessária a organização de uma oposição sindical, que tenha como princípio à independência de classe (nenhum vínculo com governo e seus partidos patronais) a assembleia geral (forma coletiva de discussão e soberania para decidir), defesa das reivindicações básicas dos trabalhadores, democracia sindical (onde todas as idéias possam se expressar), nenhum tipo de repressão às opiniões. Desta forma, poderemos nos contrapor a direção conciliadora e ainda impulsionar a classe em defesa de seu emprego, do salário e das conquistas sociais.

Greve nas universidades paulistas

Reproduzimos abaixo o boletim da Corrente Proletária Estudantil distribuído na Assembleia geral de estudantes do dia 14/06/2004, que aprovou a greve estudantil.

Para construir a greve de verdade, a assembleia geral de estudantes da USP deve aprovar a greve estudantil

Na última assembleia, a direção do DCE e aliados (esquerda petista e P-Sol) se colocou contra a aprovação da greve

estudantil na USP, sob o pretexto de "construir a greve" (como se a greve não se construísse a partir dos cursos que já

estão em greve), não "decidir de baixo para cima" (como se uma assembleia de base fosse de cúpula) e outras "pérolas".

Já ouvimos essa história antes, várias vezes. Os professores da rede estadual assistiram, há algumas semanas, a diretoria da Apeoesp ir adiando a decisão de greve (a primeira assembleia contava com 10 mil professores) de uma assembleia para outra, sob os mesmíssimos pretextos. Até cansar os professores que compareciam às assembleias e inviabilizar a greve.

Se Adusp e Sintusp seguissem esse "raciocínio" da direção do DCE e da Apeoesp, então jamais aprovariam a greve em suas assembleias. Estariam até hoje "construindo" a greve.

A greve das universidades estaduais paulistas, que desta vez teve seu ponto de apoio na mobilização dos funcionários, encontra-se numa situação difícil: o governo Alckmin ordena a seus capachos nas reitorias que sejam intransigentes e ofereçam ZERO de reajuste. Essa medida é a continuidade da reforma da previdência, que confiscou 5% dos salários de professores e funcionários, e da política educacional de destruição e privatização da universidade pública (reforma universitária). Só pode ser

enfrentada com a força do movimento estudantil nas ruas, e em unidade com os trabalhadores e a população, que sofrem com os efeitos do conjunto das reformas neoliberais, das quais a reforma universitária é parte.

Já aprovamos os principais pontos de uma pauta que reivindicamos conjunta. Não se trata de uma pauta estudantil para enfeitar a greve de professores e funcionários. A unidade de ação só pode ser efetiva e sem submissão de um setor pelo outro com assembleias, comandos, negociações, pauta e ações conjuntas.

As reivindicações dos professores e funcionários já nos interessam em si mesmas, mas neste caso mais ainda. Porque para serem atendidas, dependem da quebra da atual política educacional e previdenciária para as universidades. Depende de pôr fim às fundações, conseguir mais verbas para a universidade e quebrar a burocracia universitária que dirige autoritariamente. Isso é interesse do movimento estudantil, e sem ele não será possível chegar à vitória.

Os pregadores da eterna "construção", abstrata e antimovimento, na ver-

dade atuam pela desconstrução da mobilização estudantil. Com várias unidades do interior e algumas da capital paradas, sob a ameaça de repressão da reitoria e do governo aos trabalhadores e seus sindicatos, não cabe abstração. A aprovação da greve estudantil projetará essa questão para fora dos muros da universidade e vai aumentar o envolvimento dos estudantes com a luta que se trava.

Não será possível, nem agora nem nunca, o consenso entre o conjunto dos estudantes acerca da greve. Uma parcela está e estará contra a greve, e é preciso entrar em choque com ela, ainda que isso custe muitos votos para o DCE e eleições municipais, tão caros para algumas correntes.

É por isso que a Assembleia de estudantes da USP deve decidir:

Greve estudantil! Organizar o movimento para inviabilizar as aulas dos fura-greves e fazer manifestações de rua!

Pauta Conjunta, Assembleia, negociações, comando e ações conjuntas com professores e funcionários!

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. No número 280, iniciamos a discussão sobre o texto de Lênin, “O Estado e a Revolução”.

14. De fato, para aniquilar o Estado, é preciso transformar as funções do Estado em funções de fiscalização e registro tão simples que estejam ao alcance da enorme maioria da população e, em seguida, de toda a população.

- fim da democracia

15. A democracia é uma das formas, uma das variantes do Estado. Por consequência, como todo Estado, ela é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens.

16. Assim, pois, a sociedade capitalista não nos oferece senão uma democra-

cia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos exploradores.

17. A supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e o definhamento do Estado é o definhamento



da democracia. (...) Nosso objetivo final é a supressão do Estado, isto é, de toda violência organizada e sistemática, de toda coação sobre os homens em geral. (...) em nossa aspiração ao socialismo, temos a convicção de que ele tomará a forma do comunismo e que, em consequência, desapare-

cerá toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, à submissão de um homem a outro, de uma parte da população à outra.

Nesta edição:

- Fora as tropas brasileira e multinacional do Haiti
- Bolívia: O Referendo é um Engano



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Aos trabalhadores e à juventude

Fora as tropas brasileira e multinacional do Haiti

A ocupação do Haiti por tropas comandadas pelos Estados Unidos e agora o envio de uma força militar brasileira devem ser combatidos pelos trabalhadores do mundo inteiro. Trata-se da violação da autodeterminação dos povos.

O intervencionismo bélico é próprio do colonialismo e do imperialismo. Nesse momento, corresponde ao domínio dos países imperialistas sobre as nações semicolônias, ou seja, sobre as nações capitalistas atrasadas e subjugadas.

É ainda preciso ter claro que a interferência dos Estados Unidos e França na guerra civil do Haiti não é um acontecimento isolado. Expressa uma ofensiva econômica, social e militar das potências sobre a maioria das nações oprimidas. A guerra no Iraque, a ocupação do Afeganistão, o envolvimento dos Estados Unidos no genocídio do povo palestino, a interferência na repressão à guerrilha colombiana, na imposição da erradicação da coca boliviana, na conspiração para derrubar o governo Hugo Chavez na Venezuela, no cerco contra Cuba e em outras regiões são manifestações da ofensiva militarista do imperialismo.

O Haiti é uma pequena ilha do Caribe, com uma população miserável que não ultrapassa 8 milhões e uma economia agrícola arcaica, no entanto, saqueada desde a sua formação colonial. Foi disputada pelos espanhóis, franceses e norte-americanos. Logo no começo do século passado, os Estados Unidos ocuparam a ilha como base de sua estratégia expansionista, de controle sobre a América Latina e de hegemonia mundial. A ilha ocupa o lugar de geopolítica para o carro-chefe do capital internacional. Não por acaso, depois da ocupação militar em 1915, os Estados Unidos passaram a condicionar o funciona-

mento do Estado, as formas de governo e as relações econômicas do capitalismo semicolonial haitiano.

A atual situação de agravamento da crise econômica e social deu lugar à retomada do choque entre as frações militares pelo controle do Estado. O fracasso do governo de Jean-Bertrand Aristide de desenvolver as forças produtivas, amenizar a miséria e estabilizar a democracia parlamentar resultou em guerra civil. Evidenciou-se a impossibilidade de um governo reformista submetido aos Estados Unidos. O governo identificado com a doutrina da teologia da libertação dependeu do assistencialismo interessado dos Estados Unidos e da corruptela de militares, que age como verdadeiro poder estatal, de defesa de interesses oligárquicos.

As massas oprimidas, que deram vitória eleitoral a um governo que prometia reformas sociais, não tiveram as promessas cumpridas e viram suas condições de existência piorarem ainda mais. Os Estados Unidos que haviam empossado Aristide, no seu primeiro mandato, por meio de um cerco naval, agora o arrancaram do país para impedir que a fração opositora militarista o derrubasse e constituísse um outro regime. Qualquer que seja o governo tem de ser da vontade da potência.

As negociações entre Estados Unidos e França para que as tropas ocupassem o Haiti antes do desfecho da guerra civil, de forma que contassem com o consentimento da ONU, ou seja, com a máscara legal do imperialismo, demonstraram, mais uma vez, como as frações mundiais do imperialismo não admitem que os povos semicolônias resolvam seus próprios problemas. Em qualquer parte do mundo, as potências agem como um poder por cima das fronteiras nacionais como força intervencionista,

da mesma maneira como atuam o capital financeiro e as multinacionais. Na realidade, o intervencionismo militar, contrário a autodeterminação dos povos, reflete o predomínio e os interesses do capital financeiro. O intervencionismo assegura a atuação do grande capital internacional sobre as fronteiras das semicolônias. Nem mesmo um país relativamente insignificante do ponto de vista econômico, como o Haiti, está livre dessa lei de funcionamento do capitalismo.

Com todo o seu poderio econômico e militar, os Estados Unidos não podem sozinhos empreender tantas frentes de combate e sustentá-las sem a colaboração de aliados. Haja vista que tem havido resistências cada vez maiores contra a prepotência norte-americana. No Haiti, as experiências com a opressão franco-norte-americana despertaram e despertam ódio no povo de ver seu país seguidamente violado e de deparar com a arrogância como o imperialismo interfere na vida política e social. A manutenção ostensiva de marines fatalmente levaria à rebelião da população cansada de seus interventores. O objetivo de desarmar a população, pôr fim à guerra civil e disciplinar as frações oligárquico-militares não tem como ser cumprido senão por meio da violência. Uma nova frente de batalha no Haiti não é conveniente quando o governo ianque enfrenta uma extraordinária resistência no Iraque e quando está obrigado a continuar a mortandade no Afeganistão. Está aí uma forte razão para que o imperialismo utilizasse uma manobra tática de se afastar das ruas haitianas e colocar em seu lugar a chamada 'força de paz' da ONU, sob o comando de militares brasileiros. O êxito dessa tarefa será colhido pelos Estados Unidos.

O fato do governo PT/Lula ter se aliado por detrás da França e Alemanha pela

intervenção no Iraque somente com o consentimento do Conselho de Segurança da ONU criou uma aresta com os donos da América Latina. Mas, por outro lado, o governo brasileiro se destacou por aplicar as medidas econômico-financeiras ditada pelo Fundo Monetário Internacional e voltadas a assegurar os interesses do grande capital. A questão do Iraque expôs divergências interimperialistas, que permitiram ao governo PT/Lula se colocar ao lado do bando que advogou "o *desarmamento pacífico*" do governo iraquiano, mascarando os reais interesses petrolíferos. No caso do Haiti, Bush e Chirac decidiram juntos a intervenção e a remoção do governo de Aristide. Assim, Lula apoiou a intervenção nesse país. Qualificou-se para o convite de 'substituir' as tropas sob o comando norte-americano por uma outra, dirigida por brasileiros. Não há como disfarçar a manobra do imperialismo e a subserviência do governo PT/Lula.

A aceitação dessa missão coloca o exército brasileiro intervindo em favor da ordem mundial imperialista. São os interesses dos exploradores do mundo que estão sendo defendidos pelas tropas brasileiras e não transformações em favor da independência do povo haitiano e da superação da opressão suportada internamente pela maioria oprimida. Não se trata de auxílio à nação e seu povo contra os sa-

queadores forâneos e contra a oligarquia reacionária e corrupta haitiana. O papel do Brasil no Haiti é de capacho dos Estados Unidos. O resultado final é o fortalecimento da posição das potências como guardiãs do mundo e, particularmente, o fortalecimento da ofensiva militarista norte-americana.

Essa conduta de violação da autodeterminação de um povo recai sobre o Brasil, que é um país semicolonial, e que tem a tarefa pendente de se emancipar o jugo imperialista. Favorecer o intervencionismo das potências em qualquer latitude resulta em maior submissão do Brasil ao grande capital internacional. Como se vê, a implicação do envio de tropas brasileiras ao Haiti é mais ampla e profunda do que aparenta. Tem por consequência colocar o Brasil na condição de auxiliar das potências que se vêem obrigadas a saquear com maior amplitude as semicolônias e que, por isso mesmo, têm de enfrentar rebeliões populares e nacionais.

É com essa compreensão que a classe operária e demais explorados do Brasil, bem como os trabalhadores do mundo inteiro, devem se colocar contra qualquer intervencionismo imperialista e que viole o direito à autodeterminação. A tarefa é de enfrentar o imperialismo para emancipar os povos oprimidos. Essa emancipação não ocorrerá nos marcos do capitalismo. As tarefas democráticas próprias dos países semicoloniais serão resolvidas por meio da

revolução socialista, cujo objetivo histórico é o da revolução mundial para se alcançar a sociedade comunista. A tática da classe operária é de frente única antiimperialista.

Ao contrário de seguir os ditames intervencionistas do imperialismo, a classe operária tem por estratégia a defesa da independência das nações oprimidas e da autodeterminação, que serão asseguradas pela unidade do continente saqueado. Trata-se de colocar a luta antiimperialista e as tarefas democráticas sob o objetivo dos 'Estados Unidos Socialistas da América Latina', como parte da revolução mundial.

A construção do Partido Mundial da classe operária se dará enfrentando tarefas dessa envergadura. A traição do PT aos trabalhadores brasileiros não faz senão demonstrar a necessidade do partido-programa, que tenha por estratégia a revolução e a ditadura proletária. É com esse programa que as massas exploradas e os povos oprimidos combaterão e vencerão o imperialismo. É com esse programa que a burguesia brasileira será derrotada e a classe operária se ocupará da tarefa de pôr fim ao atraso do país e a fome e miséria. A luta contra o intervencionismo em qualquer parte do mundo responde a esse programa.

- Fora as tropas intervencionistas no Haiti!
- Pela autodeterminação dos povos!
- Abaixo a submissão do governo PT/Lula!
- Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Bolívia: O Referendo é um Engano

Os que sustentam que o referendo, que certamente será realizado, tem a virtude de solucionar os problemas fundamentais dos bolivianos (por exemplo, o desemprego massivo, a miséria extrema etc.) esquecem que estes estão enraizados na estrutura econômica da sociedade, que modela toda a superestrutura. Por isso, suas colocações são equivocadas.

Não se pode nem se deve esquecer que o referendo é convocado pelo poder executivo (pelo presidente Mesa) e pelo parlamento, ambos burgueses, defensores da grande propriedade privada, submetidos ao ordenamento jurídico capitalista e ao imperialismo. Este fato demonstra que o referendo burguês se esforçará para que a sociedade capitalista agonizante prolongue o mal-estar que causa à população.

Não devemos fechar os olhos diante da evidência impactante de que os oficialistas e os opositores democratizantes (devemos destacar que na Bolívia não existe a democracia burguesa) esperam que o referendo venha a fortalecer a Constituição, ou seja, a grande propriedade privada burguesa e a garantia da presença das multinacionais no país.

Devemos estar atentos: o referendo agravará a extrema miséria, o desemprego massivo, o submissão do país (sua condição de colônia ianque) com relação ao imperialismo.

Quando a revolução social triunfar (trazendo consigo a des-

truição da grande propriedade privada burguesa) e iniciar a organização da ditadura proletária, será convocado um referendo direto (que conhecemos com o nome de "Cabildos Abertos") para determinar as normas para a escolha das autoridades provisórias (a sociedade sem classes, o comunismo não necessitará do Estado/governo atuais) e outras medidas necessárias para o funcionamento da sociedade. Será uma medida para solucionar os problemas criados pela ditadura burguesa.

Como transformar a sociedade?

Devemos usar a ação direta das massas, a violência revolucionária, para derrubar a burguesia, a classe dominante e a sua grande propriedade privada dos meios de produção. O que determina que todo o ordenamento jurídico, o parlamento, a atual divisão do governo já não tem razão para existir.

Falamos de uma nova sociedade, o que implica a mudança radical da estrutura como parte da revolução social.

O capitalismo tem de desaparecer porque já não tem mais possibilidade de sobreviver, atravessa seu pior momento, que descarrega sobre a maioria da população.

(extraído do jornal "Masas" boliviano nº1901, de 7 de maio de 2004)